



***GESTÃO ESCOLAR E INTERSECCIONALIDADE:
CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA***

***GESTIÓN ESCOLAR E INTERSECCIONALIDAD:
CONSTRUYENDO UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA***

***SCHOOL MANAGEMENT AND INTERSECTIONALITY:
BUILDING INCLUSIVE EDUCATION***

Marta Fernanda Boaventura Santos¹

Luciana de Oliveira Rocha Magalhães²

Mércia Aparecida da Cunha Oliveira³

RESUMO

O artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado que investiga a importância da formação da equipe gestora na promoção da educação inclusiva em uma escola municipal no Vale do Paraíba, interior de São Paulo. A pesquisa destaca a necessidade de abordagens colaborativas e transformadoras na formação dos gestores e propõe uma reflexão sobre o papel da equipe gestora na inclusão escolar. O objetivo é contribuir para a construção de uma escola inclusiva e de qualidade, promovendo transformações no ambiente educacional. O texto também aborda a "dupla desvantagem" enfrentada por mulheres com deficiência, que sofrem tanto capacitismo como discriminação de gênero. Além disso, destaca a importância de políticas públicas e estratégias sociais que reconheçam e abordem essas intersecções para promover uma sociedade mais inclusiva e justa. O movimento negro é mencionado como um agente relevante na educação e na luta contra o racismo e o capacitismo.

PALAVRAS-CHAVE: equipe gestora. gênero e deficiência. inclusão social. interseccionalidade.

RESUMEN

El artículo presenta un extracto de una investigación de maestría que investiga la importancia de capacitar al equipo directivo en la promoción de la educación inclusiva en una escuela municipal del Vale do Paraíba, en el interior de São Paulo. La investigación

¹ Mestra em educação, Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, Brasil.

² Doutora em Educação, Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, Brasil

³ Doutora em Educação, Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, Brasil

destaca la necesidad de enfoques colaborativos y transformadores en la formación de directivos y propone una reflexión sobre el papel del equipo directivo en la inclusión escolar. El objetivo es contribuir a la construcción de una escuela inclusiva y de calidad, promoviendo transformaciones en el entorno educativo. El texto también aborda la "doble desventaja" que enfrentan las mujeres con discapacidad, que sufren tanto capacitismo como discriminación de género. Además, destaca la importancia de políticas públicas y estrategias sociales que reconozcan y aborden estas intersecciones para promover una sociedad más inclusiva y justa. Se menciona al movimiento negro como un agente relevante en la educación y en la lucha contra el racismo y el capacitismo.

Palabras clave: equipo directivo. género y discapacidad. inclusión social. interseccionalidad.

ABSTRACT

The article presents an excerpt from a master's degree research that investigates the importance of training the management team in promoting inclusive education in a municipal school in Vale do Paraíba, in the interior of São Paulo. The research highlights the need for collaborative and transformative approaches in the training of managers and proposes a reflection on the role of the management team in school inclusion. The objective is to contribute to the construction of an inclusive and quality school, promoting transformations in the educational environment. The text also addresses the "double disadvantage" faced by women with disabilities, who suffer both ableism and gender discrimination. Furthermore, it highlights the importance of public policies and social strategies that recognize and address these intersections to promote a more inclusive and fair society. The black movement is mentioned as a relevant agent in education and in the fight against racism and ableism.

KEYWORDS: gender and disability. intersectionality. management team. social inclusion.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana.

Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionais e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge

Introdução: explorando o papel dos gestores na promoção da inclusão em uma perspectiva interseccional

O presente texto explora as intersecções complexas entre gênero e deficiência, embasado nas análises provocativas de Anahí Guedes Melo e Adriano Henrique Nuernberg (2012), no artigo Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Os autores propõem uma abordagem interseccional que transcende as fronteiras convencionais dos

estudos sobre deficiência, buscando compreender esse fenômeno de maneira ampla, abrangendo as múltiplas determinações que constituem os sujeitos. Ao destacarem a necessidade de uma discussão transversal, os autores instigam reflexões sobre a transição do modelo biomédico para o modelo social da deficiência, desafiando normas preestabelecidas e promovendo uma visão inclusiva e igualitária.

Melo e Nuernberg (2012, p. 636) destacam, em sua análise sobre a intersecção entre estudos de gênero e deficiência, a lacuna existente na abordagem do fenômeno da deficiência. Eles ressaltam que, com frequência, os estudos sobre deficiência são conduzidos de maneira isolada, sem a devida discussão sobre a transversalidade desse tema. A expressão "transversalidade da deficiência" refere-se à necessidade de integrar a compreensão da deficiência em uma variedade de contextos, considerando não apenas as características físicas, intelectuais ou sensoriais, mas também as complexidades resultantes da interação com outras categorias, como gênero, raça, classe social e orientação sexual.

O conceito de interseccionalidade, conforme discutido por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), é fundamental para compreender como as diferentes formas de opressão, como gênero, raça, classe social e deficiência, se entrelaçam para constituir as experiências individuais e coletivas. Embora o termo "interseccionalidade" tenha diferentes interpretações, ele se estabeleceu como um conceito-chave para analisar as complexidades das identidades sociais.

A pesquisa enfatiza a necessidade de abordagens colaborativas e transformadoras na formação dos gestores, propondo uma reflexão crítica sobre seu papel na construção de uma escola inclusiva e de qualidade, promovendo mudanças significativas no ambiente educacional.

Nesse contexto, o papel da equipe gestora é importante, pois são os líderes educacionais que direcionam e influenciam a implementação de práticas inclusivas dentro das escolas. Ao adotar uma perspectiva interseccional, os gestores não apenas reconhecem as múltiplas dimensões que afetam os estudantes, mas também lideram esforços para criar um ambiente educacional que desafie e ressignifique os paradigmas tradicionais que perpetuam a marginalização.

A liderança da equipe gestora é responsável por fazer com que as políticas e práticas escolares reflitam uma compreensão profunda das interseções entre diferentes formas de discriminação. Isso envolve a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e que seja comprometida com a equidade. Os gestores desempenham um

papel fundamental na promoção da inclusão escolar ao assegurar que as estratégias pedagógicas sejam sensíveis às necessidades de todos os estudantes, especialmente aqueles que estão nas intersecções de múltiplas formas de opressão.

Os gestores, enquanto incentivadores e coordenadores da criação de uma escola inclusiva, desempenham um papel importante na estrutura e no funcionamento do sistema educacional. De acordo com José Carlos Libâneo (2001), é imperativo que esses líderes possuam uma formação administrativa e pedagógica robusta para coordenar efetivamente o esforço coletivo dos professores, promovendo um ambiente educacional coeso e direcionado para a inclusão. Essa formação deve incluir uma compreensão aprofundada da interseccionalidade, conforme apontado por Simon e Rozek (2019, p. 11), para que os gestores possam abordar a diversidade de necessidades e de experiências dos estudantes de maneira a promover uma compreensão globalizante dos fenômenos que orbitam a escola e o processo educacional considerando as múltiplas determinações que o constituem.

Nessa medida, quando Gomes (2019, p.16) ressalta que o movimento negro atua como um educador político essencial, que inspira e fortalece a sociedade por intermédio do empoderamento ancestral, podemos compreender que, ao estudarmos o processo de escolarização no Brasil, pode-se perceber que o resultado da luta do movimento negro, que ao longo da história se uniu a outras causas para promover direitos a grupos sociais minoritários, incluindo pessoas com deficiência, mulheres e outros, faz muito sentido, pois é possível reconhecer e valorizar a importância das diferenças humanas na luta por processos de inclusão social:

O processo de emancipação e superação sociorracial nos desafia a construir uma pedagogia da diversidade (de raça, de gênero, de idade, de culturas). Esta é fruto da ação dos movimentos sociais desde os anos de 1950 e 1960 como o movimento de educação popular e a participação de Paulo Freire (Gomes, 2019, p. 92).

Desta forma a teoria da psicologia da diversidade, proposta pela autora, nos mostra que a diversidade é um elemento unificador, e que nossas distinções não devem ser vistas como fatores de desumanização ou segregação. A pedagogia da diversidade reafirma a importância de uma educação que abrace as diferenças, promovendo a inclusão e o respeito por parte de todos, e, por isso, a gestão escolar deve estar imbricada nessa perspectiva interseccional quando da organização de movimentos escolares para a inclusão social.

No contexto deste artigo, que explora a questão da interseccionalidade e do apoio da gestão escolar à educação especial-inclusiva, essa citação sublinha a importância de os gestores não apenas possuírem habilidades técnicas e administrativas, mas também uma visão abrangente que considere as múltiplas dimensões da identidade dos estudantes. Isso inclui reconhecer e integrar questões de gênero, deficiência, e outras formas de diversidade que influenciam a experiência educacional. Uma formação que considere essas interseccionalidades permite aos gestores liderar de forma mais eficaz na promoção de uma escola inclusiva, em que as barreiras sociais e estruturais sejam identificadas e abordadas.

A abordagem interseccional permite que os gestores atuem em seu mister com uma compreensão mais profunda das necessidades diversas dos estudantes, contribuindo para a construção de uma escola que não apenas reconheça, mas valorize e integre a diversidade em suas práticas pedagógicas e administrativas.

Ao contribuir na condução dos processos educativos sob uma perspectiva interseccional, os gestores formam suas equipes com esse mirante e, conseqüentemente, incentivam uma reflexão contínua sobre como as práticas educativas podem se tornar mais inclusivas. Dessa forma, eles desempenham um papel ativo na transformação da cultura escolar, promovendo um ambiente onde a diversidade é reconhecida como uma força com a qual os estudantes convivem e têm a oportunidade de prosperar. Dessa forma, a liderança gestora torna-se um agente de mudança fundamental na construção de uma educação que não apenas reconhece as intersecções de opressão, mas que ativamente trabalha para superá-las, promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa.

Intersecções da deficiência: perspectivas críticas sobre corponormatividade e inclusão social

Ao abordar a deficiência de forma isolada, os estudos muitas vezes negligenciam a riqueza e a complexidade das experiências vividas pelos indivíduos com deficiência, limitando-se a uma perspectiva unidimensional. Os autores (Melo e Nuernberg (2012, p. 636) argumentam que a falta de uma discussão transversal impede uma compreensão abrangente das dinâmicas sociais e culturais que constituem a experiência da deficiência. Essa abordagem limitada pode resultar em políticas e práticas que não atendem às necessidades e demandas dos grupos de pessoas com deficiência, falhando em reconhecer as interconexões significativas entre a deficiência e outras dimensões identitárias. Portanto, a chamada dos autores para uma discussão mais transversal destaca a

importância de uma análise interseccional ao explorar as questões relacionadas à deficiência no contexto das Ciências Humanas e Sociais.

Desta forma, podemos destacar o que o artigo *Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência nos traz a luz para refletirmos*:

[...] é a de que um corpo com lesões não estaria apto ao regime de exploração da força de trabalho alavancado pelo capitalismo devido à radicalidade que a norma ostenta na assunção destas atividades. O padrão emergente do sujeito ideal ao modelo capitalista, o ser que se encaixa à máquina, exige um tipo de corpo no qual a força e a destreza física se mostram fatores fundamentais, elementos estes que excluem de suas relações diretas significativa parcela das pessoas com deficiência (Gustavo Martins Picollo e Enicéia Gonçalves Mendes, 2013, p. 460).

A evidente marginalização desses corpos no contexto do capitalismo contemporâneo ressalta a urgência de uma análise crítica das estruturas normativas e produtivas que perpetuam essa exclusão, convocando a necessidade de reformas substanciais para assegurar uma participação inclusiva e equitativa. Paralelamente, a perspectiva proposta por Melo e Nuernberg (2012) expande a compreensão da deficiência além das limitações corporais, instigando uma reflexão sobre a necessidade de considerar fatores contextuais e sociais na abordagem do fenômeno, e ressaltando a importância de políticas inclusivas que transcendam as barreiras individuais. Essa convergência de análises destaca a complexidade do debate sobre deficiência, clamando por uma abordagem que reconheça as interseções multifacetadas entre corpo, sociedade e estruturas normativas.

Ao abordar a deficiência como um fenômeno que transcende as limitações corporais, Melo e Nuernberg (p. 636) rompem com a visão tradicional que, muitas vezes, reduz a deficiência a uma condição física, intelectual ou sensorial intrínseca ao indivíduo. Essa perspectiva ampliada reconhece que a deficiência é também uma construção social, resultante da interação entre as características individuais e as barreiras ambientais, culturais e atitudinais que a sociedade impõe. Ao enfatizar que o fenômeno da deficiência não se encerra no corpo, os autores nos convidam a refletir sobre a complexidade dessa condição, considerando os fatores externos que influenciam a experiência da deficiência e que podem amplificar ou mitigar suas consequências. Essa abordagem crítica é fundamental para a promoção de práticas inclusivas que não apenas adaptem o ambiente físico, mas que também desafiem os preconceitos e as normas sociais que perpetuam a exclusão das pessoas com deficiência.

A concepção apresentada pelos autores destaca que a deficiência é moldada e ampliada pela produção social e cultural, evidenciando como certas variações corporais são definidas como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação. Essa definição é fundamentada na ideia de corponormatividade, que se refere aos padrões hegemônicos funcionais/corporais estabelecidos pela sociedade. Em outras palavras, a sociedade, muitas vezes de maneira implícita, estabelece normas que considera ideais em termos de funcionalidade e aparência corporal.

Ao situar a deficiência em relação à corponormatividade, os autores enfatizam como as noções de normalidade e anormalidade são socialmente construídas. Isso implica que a experiência da deficiência não é apenas uma questão individual, mas também uma construção cultural que reflete valores, preconceitos e expectativas sociais. Ao desafiar a visão de que a deficiência é intrinsecamente negativa, os autores destacam a importância de uma abordagem crítica que questione as normas estabelecidas, promovendo assim uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade humana. Essa perspectiva mais ampla destaca a necessidade de considerar a deficiência não como uma condição isolada, mas como parte integrante da complexa rede de construções sociais e culturais que moldam nossa compreensão do corpo e da diversidade humana.

Nessa esteira, é fundamental a citação de Furtado (2021, p. 19):

Faz-se necessário perceber que o contexto da elaboração da Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, onde institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira nas redes de ensino do Brasil, atualizado pela Lei 11.645/08, que inclui o estudo da questão indígena, ação essa que é uma tentativa da promoção da equidade das relações étnico-raciais, situação de conquista com evidências de diversas lutas e movimentos negros e da população afrodescendente, para garantir um espaço na promoção da equidade que se busca.

Com efeito, a discussão a respeito da implementação da Lei 10.639/2003 trouxe um momento de grande reflexão para toda a comunidade escolar brasileira porque, por muito tempo, a história dos negros e a história da África, ora nunca foi contada, ora foi suprimida, ora foi deformada, não apresentando em momento algum a tamanha relevância que esse povo teve para a formação do população e da cultura brasileira, levando Furtado (2021) a se questionar como os professores estavam trabalhando a temática proposta pela legislação. A implementação da Lei nº 10.639/2003 gerou, então, um importante debate na comunidade escolar. Por muito tempo a história e a contribuição da população negra foram ignoradas ou minimizadas, sem o devido reconhecimento de sua importância na

formação da cultura e do povo brasileiro. Assim, faz-se necessário tal reflexão que nos direcionem para os vários âmbitos de inclusão que ocorrem dentro e fora da escola.

Para que uma educação antirracista seja efetiva em seus processos e resultados para a comunidade escolar ampliada, é necessário que seja construído um ambiente de respeito mútuo, que valorize as diferenças e que pratique a empatia com compromisso e responsabilidades explícitas, para que o discurso seja escancaradamente antirracista e não fique apenas no papel ou nos momentos de conflito: é necessário e urgente que ele seja posto definitivamente na ordem do dia, nos currículos, nas práticas educativas extracurriculares, no cotidiano forjado na práxis. Desta forma, criar condições de inclusão e aceitação para uma convivência consentânea entre todos, reforçando que as boas práticas devem ser constituídas intencionalmente, conscientemente, e compartilhadas em todos os espaços concernentes à comunidade escolar, incentivando que a perspectiva antirracista seja divulgada retumbantemente ao convívio social para além dos espaços escolares.

Pontualmente, na cotidianidade escolar, toda e qualquer reclamação ou ocorrência relatada sobre discriminação e desrespeito deverá, não ser invisibilizada, mas, ao contrário, difundida com o objetivo de servir para ser trabalhada a reflexão crítica que se evidenciou ainda não estar desenvolvida. Ações fortes para ressurtir reflexões que contribuam sobremaneira com o processo de conscientização, reforçando que as vítimas não são culpadas, deixando evidente que estas ocorrências são determinadas por um sistema racista estruturante imiscuído na sociedade e que todos devemos lutar para que acabe (Cavalleiro, 2001).

Quando pensamos em uma escola como um espaço amplo e democrático onde convivem diversos agentes, professores, auxiliares, gestores e outros profissionais, é fundamental que todos aprendam com as diferenças e contribuam compromissadamente para o trabalho coletivo. Por isso a relevância da equipe gestora estar envolvida diretamente em todos os espaços da escola, para que possa direcionar os docentes a adotar atitudes que façam com que os estudantes se sintam acolhidos e valorizados, possibilitando sua permanência e engajamento escolar. Manter relações saudáveis e respeitadas dentro do ambiente escolar é necessário para assegurar uma educação antirracista. A preocupação com as relações interpessoais e o respeito às diferenças é uma das formas mais eficazes de promover um ambiente inclusivo e equitativo para todos.

O racismo é, pois, como vimos, uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo considerado “normal” com que se constituem as relações políticas,

econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é, nessa perspectiva, regra e não exceção. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas, também dentro das escolas, ampliando para todos os outros grupos que sofrem com o capacitismo.

A interseccionalidade nasce para que percebamos que estas linhas se cruzam trazendo novas perspectivas de análise em que o gênero, a classe e a raça tecem tramas, que desafiam a criação de políticas públicas mais efetivas e assertivas para reduzir os impactos da desigualdade social que acompanha esse processo de formação da sociedade brasileira. O conceito de interseccionalidade foi concebido dessa forma por Kimberlé Crenshaw, em 1989, no seio do movimento feminista negro nos Estados Unidos, com foco na análise da teoria crítica racial, Crenshaw realiza pesquisas com desígnio de analisar o racismo naturalizado por intermédio das instituições e legislações e não apenas como ações isoladas de indivíduos em meio ao grupo ao qual estão inseridos. Crenshaw (2002, p. 177) define interseccionalidade como: "A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação". Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas, que estruturam as posições relativas de mulheres, deficiências, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Desta forma, os autores Mello e Nuernberg introduzem uma perspectiva crítica ao discutirem também, o modelo social da deficiência em contraste com o paradigma biomédico. O modelo social da deficiência representa uma mudança fundamental na compreensão desse fenômeno ao se afastar das limitações funcionais individuais e da ênfase na reparação ou reabilitação do corpo com deficiência, como proposto pelo paradigma biomédico convencional.

Ao adotar o modelo social, os autores argumentam que a deficiência não é uma condição intrínseca, mas sim o resultado das interações complexas entre a pessoa com deficiência, seu ambiente pessoal, social, nas diferentes dimensões, sejam físicas, sensoriais, comunicacionais, atitudinais. Esse modelo desafia a visão tradicional que

coloca a deficiência como uma deficiência individual que precisa ser corrigida ou reparada. Em vez disso, enfatiza o papel determinante do ambiente, das atitudes sociais e das estruturas em criar barreiras que impactam a participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.

A ênfase nas interações pessoais, ambientais e sociais destaca a importância de remover barreiras sociais e estruturais que limitam a participação das pessoas com deficiência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva. A compreensão do modelo social da deficiência e de uma educação antirracista, não apenas desafia estigmas e preconceitos, mas também impulsiona a busca por uma abordagem mais ampla e igualitária para promover a participação ativa e significativa de todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, intelectuais ou sensoriais. Dessa forma, os autores instigam uma reflexão crítica sobre como a sociedade percebe e aborda a inclusão social, promovendo uma visão mais inclusiva e socialmente consciente desse fenômeno complexo.

Mello e Nuernberg (p. 642) também destacam a contribuição significativa de Eva Kittay, uma renomada filósofa que também assumiu o papel de cuidadora de sua filha com paralisia cerebral, oferece uma perspectiva singular e intimamente conectada à sua experiência pessoal. Ao abordar questões relacionadas à ética do cuidado e à justiça social, Kittay destaca a importância de considerar as necessidades e experiências das pessoas com deficiência e de suas famílias na formulação de políticas e na reflexão filosófica. Sua voz, carregada de autoridade, autoritária enriquece o debate acadêmico, trazendo à tona não apenas teorias abstratas, mas reflexões profundamente enraizadas na vivência cotidiana do cuidado e da interdependência.

No contexto da crítica à noção de independência proposta pela primeira geração de teóricos dos Estudos sobre Deficiência, Eva Kittay emerge como uma pioneira ao desafiar a ideia convencional de independência, propondo, em seu lugar, a noção de interdependência como um valor humano que transcende as barreiras entre pessoas com e sem deficiência.

A crítica à independência contempla uma perspectiva mais ampla que reconhece a interconexão fundamental entre todos os membros da sociedade. Ao rejeitar a ênfase exclusiva na autonomia e independência como indicadores de sucesso ou plenitude, Kittay propõe a valorização da interdependência como um elemento essencial da experiência humana. Essa abordagem destaca a importância de relações interdependentes,

em que a colaboração e o apoio mútuo são fundamentais para a construção de comunidades inclusivas e equitativas.

A noção de interdependência proposta por Kittay representa uma mudança paradigmática, desafiando a visão tradicional centrada na autonomia individual. Ao aplicar esse valor tanto a pessoas com deficiência quanto aquelas sem deficiência, ela busca promover uma compreensão inclusiva das relações humanas. Essa abordagem ressoa na necessidade de reconhecer a diversidade das experiências e habilidades humanas, destacando a importância de uma sociedade que valoriza a colaboração e a solidariedade como pilares fundamentais de uma comunidade efetivamente inclusiva.

Já as autoras Karla Garcia Luiz e Thaís Becker Henriques Silveira (apud Guessier, Böck e Lopes, 2020, p. 123), ao discorrerem sobre a interdependência no contexto dos Estudos Feministas da Deficiência, ressaltam a urgência de uma reavaliação conceitual fundamental. Em sua análise, destacam a interdependência como um elemento essencial das relações humanas, contrapondo-se à narrativa predominante de independência individual. Sob essa perspectiva, a dependência é reconhecida não como uma fraqueza, mas como uma possibilidade inerente à complexidade dos corpos humanos. Além disso, as autoras confrontam o "mito do sujeito independente", amplamente difundido nas sociedades capitalistas, apontando para a necessidade premente de desconstruir essa narrativa que perpetua a marginalização e a exclusão de indivíduos com deficiência. Em sua abordagem, enfatizam a importância de reconhecer e valorizar a interdependência como um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, na qual as diferenças são celebradas e as relações são permeadas pela reciprocidade e pelo apoio mútuo.

Práticas Essenciais para uma Educação Antirracista

Uma educação antirracista exige a criação de um ambiente de respeito mútuo, empatia e valorização das diferenças. Para que esse ideal se concretize, é fundamental que as discussões saiam do campo teórico e se traduzam em práticas urgentes no cotidiano escolar. A implementação dessas ações cria um espaço de inclusão e aceitação, promovendo uma convivência favorável à todos.

Boas práticas devem ser compartilhadas e incentivadas dentro e fora da escola, para que se tornem parte do convívio social. Além disso, qualquer denúncia de discriminação ou desrespeito deve ser tratada como uma oportunidade de reflexão crítica. É crucial que as vítimas sejam acolhidas e que a responsabilidade não seja atribuída a

elas, mas sim ao racismo, que é um problema estrutural da nossa sociedade. A luta para combatê-lo deve ser de todos.

Conforme Cavalleiro (2001), para que uma educação antirracista seja efetiva, é preciso estruturá-la a partir de princípios sólidos. A autora aponta para a necessidade de adotar medidas que favoreçam a implementação desses preceitos de forma contínua e consciente.

O Papel da Escola na Promoção de um Ambiente Antirracista

Uma escola é um espaço de convivência e aprendizado para diversos profissionais, como professores, gestores e auxiliares. Para que esse ambiente seja efetivamente democrático e inclusivo, é fundamental que todos os agentes educacionais compreendam a importância da diversidade e trabalhem de forma colaborativa.

Os educadores, em particular, têm a responsabilidade de adotar práticas que promovam o acolhimento e a valorização dos estudantes, incentivando sua participação e permanência na escola. A manutenção de relações interpessoais saudáveis e respeitadas é uma das formas mais eficazes de promover uma educação antirracista.

Priorizar o respeito às diferenças é essencial para construir um ambiente escolar que seja equitativo e acolhedor para todos, assegurando que cada indivíduo se sinta valorizado em sua singularidade.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

A Natureza Estrutural do Racismo

A citação descreve o racismo como um fenômeno estrutural, e não apenas como um problema de comportamento individual ou uma falha no sistema. Isso significa que o racismo está enraizado nas próprias bases da nossa sociedade e se manifesta de forma “normal” nas relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares.

De acordo com essa perspectiva, o racismo não é uma exceção, mas sim a regra, e os comportamentos e processos institucionais são reflexos dessa estrutura social. O texto destaca que o racismo opera de maneira tão sutil que as pessoas o percebem como algo natural ou como um legado da tradição.

Portanto, para combater o racismo de forma eficaz, não basta apenas coibir atos isolados de discriminação. É fundamental promover mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas que sustentam essa estrutura.

Interseccionalidade: Uma Análise das Múltiplas Desigualdades

A interseccionalidade é um conceito fundamental para compreender como diferentes formas de opressão, como raça, gênero e classe, se cruzam e interagem, criando novas e complexas dinâmicas de desigualdade. Essa perspectiva é crucial para a formulação de políticas públicas mais eficazes e assertivas, que realmente abordem os desafios sociais na formação da sociedade brasileira.

O termo foi criado por Kimberlé Crenshaw em 1989, dentro do movimento feminista negro nos Estados Unidos. O conceito surgiu da necessidade de analisar o racismo estrutural, que está naturalizado em instituições e leis, e não apenas em ações isoladas de indivíduos.

Conforme a própria Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela explica como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que moldam as posições sociais de mulheres, grupos raciais e étnicos, classes sociais e outros.

Além disso, a teoria destaca como certas ações e políticas podem gerar opressões que fluem através desses eixos, contribuindo para o desempoderamento de grupos vulneráveis. A interseccionalidade, portanto, oferece uma lente para analisar e combater as opressões de forma mais completa e precisa.

Entre a opressão e a autonomia: reflexões sobre deficiência, gênero e direitos humanos

A importância do amparo jurídico como um ponto de partida, e não como o fim de uma luta por direitos também é ressaltada pelos autores que observam que, embora tenham ocorrido avanços legislativos relacionados ao cuidado nos últimos anos, ainda há uma lacuna significativa no que diz respeito à implementação efetiva dessas políticas e à

mudança de paradigmas éticos e relacionados aos Direitos Humanos. Elas apontam para a realidade do contexto político e social brasileiro, caracterizado por um cenário de desmantelamento e precarização das políticas públicas sociais, que dificulta a realização de mudanças substanciais nesse âmbito.

Vemos, inclusive que, apesar de o amparo jurídico ser de suma importância, ele não é o ponto final, como comumente pensamos, mas sim, muitas vezes, o início de uma batalha social, cultural e política para a sua efetiva implementação, ou seja, para a real mudança na vida das pessoas (Luiz e Silveira apud Guessser, Böck e Lopes, 2020, p. 123).

Além disso, as autoras defendem uma reflexão crítica sobre o cuidado, o papel da família e a responsabilidade do Estado em relação às pessoas com deficiência que necessitam de assistência ao longo da vida. Propõem que o Estado forneça apoio financeiro e logístico para que as próprias pessoas com deficiência possam decidir quem e como será o cuidado que receberão. Dessa forma, buscam perseguir uma maior autonomia e evitar a dependência de relações de subordinação e opressão em troca do cuidado necessário.

Embora o respaldo jurídico seja fundamental, ele não representa a conclusão do processo de inclusão, mas sim o ponto de partida para uma contínua e complexa luta social, cultural e política. Essa luta visa promover a efetivação dos direitos estabelecidos, o que requer mudanças substanciais nas práticas institucionais e nas percepções sociais para que essas normas legais se traduzam em transformações concretas na vida das pessoas.

Almejamos que o Estado possa subsidiar – financeira e logisticamente – a escolha da pessoa com deficiência quando ela precisar ser cuidada. Somos nós que devemos decidir sobre como e quem exercerá a função do cuidado, o que nos garantiria uma maior possibilidade de não sermos reféns de relações subalternas, de submissão e opressão em troca do cuidado (Luiz e Silveira apud Guessser, Böck e Lopes, 2020, p. 123).

É imperativo que o Estado forneça subsídios financeiros e logísticos que assegurem à pessoa com deficiência a autonomia de escolha em relação ao cuidado que receberá. A decisão sobre como e por quem esse cuidado será prestado deve permanecer sob o controle do próprio indivíduo, proporcionando, assim, uma maior liberdade e evitando que se tornem vulneráveis a relações de subordinação, submissão ou opressão em troca do cuidado necessário (Luiz e Silveira apud Guessser, Böck e Lopes, 2020, p. 123).

Os autores Mello e Nuernberg (p. 641), quando abordam a intersecção entre gênero e deficiência, reconhecem a impossibilidade de esgotar todas as possibilidades analíticas dessa complexa interconexão. No entanto, buscam mapear algumas questões que evidenciam a riqueza da interface entre os estudos feministas e de gênero com os estudos sobre deficiência. Ao fazer isso, apontam para a profunda relevância desse diálogo na reconfiguração das políticas públicas.

Ao explorar a argumentação de Picollo e Mendes sobre a opressão enfrentada pelas pessoas com deficiência:

A alegação de que as pessoas com deficiência são oprimidas envolve, no entanto, a compreensão de um amplo número de fatores. A nível empírico significa argumentar que as pessoas com deficiência podem ser consideradas como um grupo cujos membros estão em uma posição inferior aos demais membros da sociedade porque são pessoas com deficiência. Significa também argumentar que essas desvantagens estão dialeticamente relacionadas à ideologia ou grupo de ideologias que justificam e perpetuam tal situação. Além disso, também compreende a alegação de que as desvantagens e as suas ideologias de apoio não são naturais, tampouco inevitáveis. Finalmente, implica a identificação de alguns beneficiários para este estado de coisas (Picollo e Mendes, 2013, p. 462).

É fundamental relacionar esse entendimento com o conceito de interdependência discutido pelas autoras Luiz e Silveira (apud Guesser, Böck e Lopes, 2020, p. 123). Enquanto Picollo e Mendes destacam as múltiplas facetas da opressão enfrentada por esse grupo, incluindo fatores ideológicos que perpetuam desigualdades, a noção de interdependência ressalta a importância de reconhecermos a conexão intrínseca entre todos os membros da sociedade. Ao considerarmos a interdependência, entendemos que as desvantagens enfrentadas pelas pessoas com deficiência não são apenas questões individuais, mas sim problemas sistêmicos que afetam toda a comunidade. Portanto, ao confrontarmos as ideologias que perpetuam a opressão das pessoas com deficiência, é fundamental reconhecermos a necessidade de uma abordagem coletiva e solidária.

Desta forma, a intersecção entre gênero e deficiência abre espaço para uma série de análises críticas que vão além das limitações funcionais individuais, se destacando em como as experiências de gênero e deficiência se entrelaçam, influenciando a forma como as pessoas vivenciam e são percebidas na sociedade. Essa abordagem crítica permite compreender como múltiplas formas de discriminação se sobrepõem, criando experiências únicas de marginalização. A interseccionalidade, portanto, transcende uma análise singular de opressão, propondo uma visão mais holística e inclusiva das dinâmicas sociais, essencial para a formulação de políticas públicas que visem a equidade.

Assim, ao aplicarmos essa perspectiva ao contexto educacional, por exemplo, reconhecemos a necessidade de abordagens pedagógicas que levem em conta as múltiplas identidades e realidades dos estudantes, promovendo estratégias que possibilitem uma educação efetivamente inclusiva e transformadora. Ao identificarem questões específicas dessa intersecção, os autores lançam luz sobre a necessidade de repensar as políticas públicas para desenvolver uma abordagem mais inclusiva e justa.

No contexto da legislação brasileira de inclusão, o Artigo 2º da Lei de Inclusão define de forma abrangente o termo "pessoa com deficiência", incorporando uma perspectiva biopsicossocial que dialoga diretamente com as reflexões dos autores Picollo e Mendes e Luiz e Silveira. Esse artigo destaca não apenas as limitações físicas, mas também as barreiras sociais e ambientais que podem impedir a participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.

Picollo e Mendes, ao discutirem as complexidades da opressão enfrentada pelas pessoas com deficiência, destacam a importância de reconhecer os fatores ideológicos que perpetuam desigualdades e a necessidade de uma abordagem coletiva para confrontar essa realidade. Por sua vez, Luiz e Silveira trazem à tona a noção de interdependência, ressaltando a conexão intrínseca entre todos os membros da sociedade e a importância de políticas inclusivas que promovam a igualdade de condições para todos.

Ao levar em conta os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, bem como a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação, o Artigo 2º busca fornecer uma base sólida para a formulação de políticas e práticas inclusivas. Essa abordagem visa possibilitar que as pessoas com deficiência tenham acesso igualitário aos direitos e oportunidades, promovendo assim uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os seus membros. Nesse sentido, a legislação brasileira de inclusão se alinha com as discussões acadêmicas e ativistas sobre a necessidade de reconhecer e enfrentar as múltiplas dimensões da opressão e da exclusão enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

Assim, o diálogo proposto não apenas amplia a compreensão das complexidades enfrentadas por indivíduos que vivenciam simultaneamente gênero e deficiência, mas também destaca a importância de desafiar estereótipos e normas sociais que podem perpetuar a exclusão. Ao direcionarem a atenção para a intersecção gênero e deficiência, os autores instigam a consideração de uma variedade de perspectivas que podem informar estratégias mais eficazes e compassivas nas políticas públicas.

Mello e Nuernberg (pp. 643/644) abordam a intersecção de gênero e deficiência, destacando um tema recorrente na literatura feminista: a "dupla desvantagem" enfrentada por mulheres com deficiência. Este argumento ressalta a sobreposição de desafios e obstáculos que essas mulheres enfrentam, impactando negativamente sua participação social, direitos sexuais e reprodutivos, acesso à educação, oportunidades de trabalho e renda.

A expressão "dupla desvantagem" enfatiza a complexidade e agravamento das experiências das mulheres que vivenciam tanto a discriminação de gênero quanto as barreiras associadas à deficiência. As barreiras sociais, culturais e estruturais que afetam as mulheres com deficiência muitas vezes resultam em uma exclusão mais intensa e em restrições mais significativas em comparação com mulheres sem deficiência.

Ao chamar a atenção para essa "dupla desvantagem", os autores destacam a necessidade de políticas públicas e estratégias sociais mais abrangentes, que reconheçam e abordem as interseções específicas entre gênero e deficiência. Essa discussão não apenas amplia a conscientização sobre as desigualdades enfrentadas por mulheres com deficiência, mas também aponta para a urgência de ações que promovam a igualdade de oportunidades em diversas esferas da vida. O reconhecimento dessa "dupla desvantagem" é fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas e equitativas, onde todas as mulheres, independentemente de suas capacidades físicas, tenham a oportunidade de participar sem restrições nas dimensões que a vida se lhes oferece.

Porém não se pode evidenciar somente a dupla desvantagem, uma vez que a interseccionalidade é um movimento que abrange diversos aspectos incluindo raça, sexualidade, dentre outros.

Jenny Morris (in Mello e Nuernberg, 2012, p. 648) ressalta a natureza aflitiva das condições de deficiência, destacando-as como marcadores sociais das experiências de opressão. Essa perspectiva reforça a importância de reconhecer não apenas as dimensões orquestradas pela medicalização, mas também as dimensões sociais e culturais que contribuem para a experiência de opressão.

Assim como os autores ressaltam a interseccionalidade entre deficiência e gênero, o movimento negro também tem sido um dos agentes que mais têm provocado deslocamentos no campo da educação. Conforme definido por Gomes (2017, apud Andrade, 2018, p. 79), o movimento negro é um conjunto de entidades, incluindo grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos, que visam a superação do racismo e da discriminação racial, além da valorização e afirmação da história e das culturas

negras no Brasil (Gomes, 2018, p. 23). Nesse sentido, os movimentos sociais são percebidos e analisados como atores políticos, produtores e agentes sistematizadores de saberes, contando com a contribuição de pesquisadores, artistas, educadores, lideranças comunitárias, entre outros.

Diante das reflexões propostas por Anahí Guedes Melo e Adriano Henrique Nuernberg em *Gênero e Deficiência: Intersecções e Perspectivas*, emerge uma chamada fundamental à desfragmentação do estudo da deficiência. Os autores delineiam a importância de transcender abordagens unidimensionais, destacando a complexidade das experiências vividas por indivíduos que, além da deficiência, enfrentam interseções com gênero, raça, classe e outras dimensões identitárias.

Ao integrar teorias feministas, os autores conduzem o debate além das barreiras físicas, explorando a política da aparência, a medicalização do corpo e a construção social da identidade. A ênfase nas experiências subjetivas e nas interseções de identidade destaca a importância de uma abordagem inclusiva.

Contudo, os autores alertam para a tendência de relegar as mulheres com deficiência a um papel primário, focado em suas experiências de deficiência, negligenciando suas identidades políticas mais amplas. Essa observação destaca a necessidade de espaços inclusivos que reconheçam e valorizem a totalidade das identidades das mulheres com deficiência.

Deficiência e interseccionalidade: superando barreiras sociais e estruturais para a inclusão na educação

Nessa perspectiva crítica, é fundamental entender a deficiência como um conceito que vai além das limitações físicas ou sensoriais, ampliando o foco para as barreiras sociais e estruturais que limitam a participação das pessoas com deficiência na sociedade. A deficiência não deve ser vista apenas sob a ótica biomédica, mas também como uma construção social que envolve desigualdades e injustiças estruturais. Mello (2021) ressalta que, ao ser dissociada de outras lutas sociais, a deficiência raramente é compreendida como uma experiência coletiva, o que fragmenta a percepção das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

Quando a deficiência é isolada de outras formas de opressão, como gênero, raça ou classe, ela tende a ser tratada de maneira individualista, o que obscurece sua intersecção com outras desigualdades sociais. Isso reforça a marginalização e dificulta a articulação de uma luta coletiva por direitos. Debora Diniz, Lívia Barbosa e Wederson

Rufino Santos (2007) argumentam que todas as pessoas com deficiência enfrentam restrições sociais, seja devido a ambientes inacessíveis, concepções limitantes de inteligência, falta de acessibilidade comunicacional ou atitudes discriminatórias.

Ao incorporar a interseccionalidade nessa discussão, fica claro que a inclusão só será alcançada quando as barreiras sociais e estruturais forem desafiadas de forma abrangente. Collins e Sirma (2020) destacam que, "em geral, as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar". Elas exemplificam como, em muitas faculdades e universidades da América do Norte, existe o desafio de transformar seus campi em ambientes mais justos e inclusivos, enfrentando divisões sociais oriundas das relações de poder baseadas em classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade. Essa reflexão é fundamental, pois evidencia que as divisões sociais estruturais não se limitam ao ensino superior, mas também permeiam as escolas de educação básica, tornando urgente o papel da equipe gestora em adotar uma abordagem interseccional para promover justiça e equidade no ambiente escolar.

A equipe gestora, ao adotar essa perspectiva, pode liderar a construção de uma escola inclusiva que não apenas acomode as necessidades individuais, mas que também enfrente as injustiças sistêmicas, promovendo igualdade de oportunidades e acessibilidade em todos os aspectos da vida escolar. Isso implica em um compromisso com a transformação do ambiente educacional, para que todos, considerando-se limitações e barreiras, possam desfrutar de direitos conquistados historicamente para tornar mais justas e equitativas as oportunidades de participação na sociedade.

Além disso, a interseccionalidade oferece uma lente poderosa para compreender como as múltiplas camadas de opressão e privilégio podem impactar de forma diferenciada a vida de estudantes com deficiência. Não se trata apenas de fornecer acessibilidade física ou curricular, mas também de reconhecer que as experiências de estudantes com deficiência são impactadas por outros marcadores sociais, como gênero, raça e classe. Ao abordar a deficiência através da interseccionalidade, a equipe gestora é capaz de entender que a inclusão escolar precisa ir além da superação de barreiras físicas, envolvendo também a desconstrução de desigualdades mais amplas e historicamente enraizadas.

Esse enfoque na interseccionalidade reforça a ideia de que as lutas das pessoas com deficiência não podem ser tratadas isoladamente de outras formas de opressão. Collins e Sirma (2020) observam que "as divisões sociais resultantes das relações de

poder de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade” são evidentes em diversas instituições, como o ensino superior, mas também estão presentes de forma ampla nas escolas. Isso coloca a interseccionalidade como uma ferramenta essencial para transformar escolas em ambientes socialmente inclusivos, onde todos os estudantes, com ou sem deficiência, possam se desenvolver e participar de maneira significativa da sociedade.

Portanto, o desafio da equipe gestora não é apenas eliminar barreiras físicas, mas também reconhecer e combater as divisões sociais que perpetuam a exclusão de certos grupos de estudantes, seja por deficiência ou outros marcadores de diferença. Isso envolve o desenvolvimento de políticas e práticas que intencionem garantir a inclusão de todos, promovendo um ambiente escolar que valorize a diversidade e em frente de forma ativa as múltiplas formas de discriminação que afetam a experiência educacional.

Conclusão

O texto sublinha a importância de uma abordagem interseccional e inclusiva para compreender as mediações que constituem a deficiência como um fenômeno social, que possibilite transcender as limitações individuais e considerar as barreiras sociais, culturais e estruturais que impactam a participação das pessoas com deficiência. Ao explorar as intersecções entre gênero e deficiência, evidenciamos a urgência de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e reconheçam a complexidade das experiências vividas por indivíduos com deficiência. Integrando teorias feministas e questionando normas estabelecidas, os autores oferecem uma perspectiva ampliada que desafia preconceitos e promove um ambiente mais acolhedor e equitativo.

No contexto da formação da equipe gestora, a perspectiva interseccional proporciona uma base robusta para discussões formativas e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas. Reconhecendo e valorizando a diversidade em todos os aspectos da vida escolar, a equipe gestora poderá enfrentar de forma mais eficaz os desafios da inclusão e promover um ambiente escolar mais justo e inclusivo. Contudo, para que essa transformação se concretize, é necessário que o suporte institucional vá para além do mero cumprimento burocrático, oferecendo recursos adequados, formação continuada e apoio psicológico para os profissionais envolvidos. Sem esse suporte, a inclusão pode se manter no campo das intenções, distante da prática cotidiana.

Portanto, a implementação efetiva da educação inclusiva demanda uma abordagem sistêmica e interseccional, que contemple tanto as necessidades dos

estudantes quanto as dos educadores e gestores. Essa abordagem deve fomentar um ambiente de aprendizado incontornavelmente equitativo e democrático, onde todas as dimensões da identidade e experiência dos indivíduos sejam reconhecidas e respeitadas. A pesquisa em questão, ao investigar a importância da formação da equipe gestora na promoção da educação inclusiva, contribui significativamente para o avanço de um modelo educacional que valorize a interseccionalidade e possibilite a promoção de transformações profundas no ambiente escolar. O racismo, como fenômeno partícipe do processo social em que se constituiu e se constitui a sociedade humana, está visceralmente imbricado também dentro das escolas, tornando-se imperativo que se desenvolva reflexões sobre necessárias mudanças profundas que precisam ser operadas nas relações sociais, políticas e econômicas, para que seja construído um ambiente escolar consentaneamente equitativo e acolhedor para todos, assegurando que cada indivíduo se sinta valorizado em sua singularidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para Incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a Obrigatoriedade da Temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e Dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

Brasil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 10 jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Revista Internacional de direitos humanos**, artigo, SUR v6, n. 11, dez 2009, p.65-75.

FURTADO, D.R.P. **África na sala de aula: práticas nas narrativas de professores de História.2021**. (Mestrado Profissional em educação), UNITAU, Taubaté, 2021.

GOMES, N.L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

GUESSER, M.; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. Estudos da deficiência. **Curitiba: anticapacitismo e emancipação social**. CRV editora, 2020.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 635-655, 2012.

MELLO, Anahí. **Corpos (in)capazes**, revista **Psicopedagogia e Neurociências**, 2ª edição impressa da Jacobin Brasil, fev/2021.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 459-475, 2013.
<https://www.modifica.com.br/o-que-e-interseccionalidade/>

SIMON, Marinice Souza Simon Souza; ROZEK, Marlene. GESTÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR: AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO BANCO DE TESES DA CAPES DE 2006 A 2016. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 6, n. 1, p. 165-182.

Revista
Diversidade
e Educação

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.